



DESIGUALDADE, EXCLUSÃO E SEGREGAÇÃO ESPACIAL EM BELO HORIZONTE: ANTIGOS PERSONAGENS E NOVAS DISTINÇÕES NO BAIRRO DE LOURDES

Alexandra Nascimento Passos¹

Wânia Maria de Araújo²

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir sobre dois acontecimentos no Bairro de Lourdes em Belo Horizonte nos anos de 1994 e 2013 relativos a população de rua. A partir desses casos pretende-se discutir como o processo de produção do espaço da cidade de Belo Horizonte, reiteradas vezes, reforçou a ideia da higienização como imagem da ordem e para tanto tornou-se necessário, de diferentes maneiras, expulsar determinados grupos sociais de áreas consideradas “civilizadas”, “urbanizadas” e dessa forma, destinadas a quem tem como pagar por tais benefícios. Ou seja, a história da cidade reflete um conjunto de ações implementadas ao longo do tempo tanto por seus cidadãos quanto pelo poder público que reiteram a ideia de que a cidade é segregada, não é para todos, mas para quem tem o “poder” de ter acesso a ela.

Palavras-Chave: Gentrificação. População de Rua. Exclusão Social. Segregação. Espaço Público.

1. Professora do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário UNA e dos cursos de Arquitetura e urbanismo e Produção multimídia do Centro Universitário UNIBH

2. Professora do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário UNA e da UEMG/Escola de Design.



INTRODUÇÃO

A reflexão aqui proposta tem início com uma discussão referente às transformações nos espaços públicos das cidades contemporâneas a partir das considerações em torno do urbanismo modernista, da arquitetura pós-moderna como formas possíveis de refletir sobre o cenário contemporâneo das cidades. Em seguida serão feitas considerações em torno do conceito de segregação e gentrificação.

A cidade de Belo Horizonte é então apresentada como o cenário dos acontecimentos aqui elucidados apontando como sua história comporta ações tanto por parte do poder público quanto de grupos sociais que contribuíram para a existência da desigualdade social, da exclusão e segregação espacial. Para elucidar dois desses momentos é que o bairro de Lourdes será contemplado como cenário de acontecimentos que ali tiveram lugar e que explicitaram uma das consequências do processo de segregação e gentrificação ocorridos na cidade. Para a construção dessa reflexão final em torno dos casos ocorridos no bairro de Lourdes serão utilizadas as matérias publicadas em veículos de jornalismo impresso e digital sobre as ações ocorridas no bairro de Lourdes em 2013. Para retratar e comparar com os acontecimentos de 1994, será utilizada como referência de análise a dissertação de uma das autoras deste artigo.

A CIDADE CONTEMPORÂNEA E AS TRANSFORMAÇÕES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

As transformações ocorridas nas cidades contemporâneas têm suscitado debates em diversas áreas de conhecimento. Se o urbanismo moderno buscou responder às necessidades da sociedade industrial, o fato é que os princípios que sustentavam a era da indústria foram transformados, devido às alterações na estrutura do processo produtivo. Do mesmo modo, os princípios do urbanismo moderno já não correspondiam ao novo momento. A homogeneidade e a padronização, indispensáveis para o mundo industrial, chegaram ao fim, cedendo lugar a uma sociedade em rápida transformação.

Nas últimas décadas, diante da falência do modelo modernista, muito se questionou acerca das aceleradas transformações ocorridas nas cidades. Essas discussões muitas vezes se limitaram a criticar ou complementar o urbanismo moderno. Algumas propostas foram implantadas, mas não alcançaram o efeito



esperado³. O modelo “novo urbanista” se mostrou ineficaz para solucionar os problemas dos locais para os quais foi idealizado. A intenção inicial de se criar uma comunidade heterogênea desvirtuou-se ainda nos primeiros momentos de ocupação, pois, o aumento expressivo no preço das habitações tornou proibitiva a aquisição dos imóveis por distintas classes. A diversidade cedeu lugar a ambientes segregados em termos socioeconômicos e étnicos contrariando a proposta inicial. Na inversão da proposta modernista, decretada com a adoção de preceitos do Novo Urbanismo, ocorre a primazia não do público, mas a sua destruição para dar lugar a espaços privados que desempenhem funções públicas dirigidas a uma determinada classe. São áreas de poder, lazer, residenciais, comerciais destinadas a determinados grupos.

A partir da década de 1960 muitas questões têm suscitado debates nas ciências sociais a partir de distintos pontos de vista: característica do momento, imprecisamente denominado pós-moderno, e a inexistência de um pensamento dominante. Nesse sentido, as tendências, muitas vezes contraditórias, coexistentes no período podem ser interpretadas como tentativas de romper os limites da teoria modernista: o formalismo, o funcionalismo, a “ruptura” com a história e a “verdade dos materiais”. Na esteira das novas formas de se pensar a cidade, o pós-modernismo propõe, no lugar da arquitetura modernista, um reencontro com formas arquitetônicas presentes na memória dos moradores das cidades extraídas das linguagens históricas da arquitetura que não devem ser idênticas, mas releituras, reinterpretações: o pós-moderno recorre a estilos do passado, mas adota linguagens e materiais distintos ao combinar esses signos: transforma a expressão e o significado.

No lugar da “máquina de morar” corbusiana elaborada em pleno encantamento com o progresso preconizado pelo modernismo industrial, ressurge a noção de arquitetura como monumento à vida, ao espaço, à diversidade, à história⁴. No lugar do estilo internacional retilíneo e funcional, que produziu cidades

3. O movimento intitulado Novo Urbanismo, gestado nos anos 1970 nos Estados Unidos, tinha como intuito estabelecer novas maneiras de intervenção no espaço urbano. Tendo como alvo inicial de suas propostas os subúrbios que crescem incessante e desordenadamente, os projetistas do Novo Urbanismo propuseram a criação de comunidades menores e mais densamente habitadas que os tradicionais subúrbios. Segundo os princípios do Novo Urbanismo, os limites dessas novas comunidades deveriam ser previamente definidos e seu planejamento prever uma mistura de funções que agregue espaços de lazer, serviços, comerciais e institucionais, entremeados por residências de vários tipos. Essas habitações seriam comercializadas a preços diversos, permitindo assim sua aquisição por diversas classes sociais. A intenção inicial seria, portanto, a criação de uma comunidade mais heterogênea (PASSOS, 2002).

4. O livro de Robert Venturi “Complexidade e contradição em arquitetura” publicado em 1966 marca o início dessas discussões. Segundo Phillip Johnson, “tudo começou com o livro de Bob Venturi. Nós – Venturi, Stern, Graves e eu – percebemos que devíamos nos ligar mais à cidade e às pessoas. E que devíamos prestar mais atenção nos velhos edifícios” (NESBITT, 2013).



tão iguais em lugares tão distintos, nasceu a busca de soluções locais, capazes de traduzir a especificidade e a diversidade. O pós-modernismo na arquitetura se exprime em dois preceitos: a renúncia do funcional, herdeiro dos ideais científicos preconizados pela modernidade e a valorização da história, em oposição à obsessão pelo novo.

A redescoberta do vernacular como uma das formas de resistência à homogeneidade e a padronização propostas pelos modernos – que envolveriam a produção de espaços e formas arquitetônicas que considerassem as particularidades locais, os modos de vida e identidades nas distintas cidades – entre todas as possibilidades alternativas às cidades modernas, encontrou maior ressonância nas práticas urbanas e se disseminou pelo mundo. Assim, a preservação do patrimônio assume grande importância no pensamento e na prática urbanos no século XX.

SEGREGAÇÃO URBANA E GENTRIFICAÇÃO

O conceito de segregação é um dos mais discutidos nas ciências sociais. Sua utilização na academia teve início nos primeiros textos dos sociólogos da escola de Chicago, sendo, posteriormente adotado em outras realidades, associado a outros termos como no caso da “segregação socioespacial”, utilizado para analisar as desigualdades nas cidades europeias e latino-americanas.

A aproximação e distanciamento de grupos sociais no espaço urbano suscita discussões: algumas leituras consideram o processo como “natural”, uma vez que pessoas que partilham gostos e estilos de vida semelhantes tendem a permanecer próximas. Nesse sentido, essa proximidade promove a coesão social e por isso reforça a identidade de determinados grupos, notadamente os minoritários. Parte dos estudiosos⁵ do tema observa nessa ordem espacial a manifestação das relações de classes, processo denominado segregação espacial. Castells (1983) define tais processos como uma tendência à organização dos espaços em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa desigualdade social entre elas, sendo essa distinção compreendida não só em termos de diferença, como também em hierarquia. Segundo Villaça (1998, p. 142), segregação é “um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros das metrópoles”.

A segregação espacial se constitui objeto de interesse de vários campos das ciências sociais já que pode ser entendida como um dos mais importantes

5. Sobre segregação espacial ver: HARVEY (1975); VILLAÇA (1988); SOUZA (2013)



processos do espaço urbano: produto social, constitui-se meio no qual a existência dos distintos grupos sociais se efetiva. Produto e meio, a segregação é parte integrante dos processos e formas de reprodução social, pois a relativa homogeneidade interna de cada área social cria condições de reprodução da existência social que ali se observa. Desse modo, segregação e classes sociais se conectam, assim como fragmentação social e fragmentação espacial são correlatas (CORRÊA, 2013). Os processos de segregação são responsáveis pela fragmentação das cidades, que contrariam os princípios das relações sociais que nela se processam: o convívio entre diferentes é o que torna o espaço dinâmico. A segregação reforça o sentimento de pertencer; não um pertencer à cidade como um todo, e sim a uma determinada classe, em oposição à outra. A segregação é produto e produtora do conflito social: aparta-se porque a mistura é conflituosa e quanto mais apartada é a cidade, mais visível é a diferença e mais acirrado poderá ser o confronto (ROLNIK, 1988).

O espaço urbano é onde se processa de modo visível diferenças entre as classes e, dessa forma, privilegiará aquelas que possuírem maior poder de barganha: a classe dominante pode assim apropriar-se das melhores porções desse espaço, controlando a sua produção, uma vez que detém o controle de seus meios. O processo de urbanização transforma as cidades produzindo o fenômeno da centralização de poder em determinadas áreas: o espaço, diante das transformações no processo produtivo é cada vez mais dominado pelo valor de troca. Desse modo, os lugares são submetidos a um sistema de rentabilidade, se tornando então locais idealizados, criados por determinadas regras de mercado. Surgem assim áreas distintas no espaço urbano que irão se caracterizar pela forma de apropriação.

No Brasil a segregação espacial tem suas origens e desenvolvimento na expansão do processo de urbanização ocorrido no século XX na esteira da crescente industrialização. Ainda no processo de formação das cidades brasileiras

constitui-se um poderoso circuito de acumulação urbana cujo fundamento é a apropriação de diversos tipos de renda urbana proporcionada pelas desigualdades das condições de vida entre as áreas apropriadas pelos quem têm o poder de segregação e o conjunto da cidade formado pelas periferias, favelas, mocambos, enfim, por um habitat precário em termos de condições construtivas, localização e acessibilidade aos serviços urbanos essenciais à reprodução social na cidade (RIBEIRO, 2004, p. 2).

No final do século XX as mudanças provocadas pela globalização afetam a produção do espaço urbano, atingindo diretamente a formulação das políticas urbanas. Dentre seus muitos efeitos, o marketing urbano surge como parte do



receituário do chamado planejamento urbano estratégico, promovendo cidades cada vez mais semelhantes. As políticas urbanas dominantes assumem explicitamente um caráter gerencial, legitimadas pelo discurso da competitividade da cidade tornada empresa, apresentada como condição para encontrar um lugar ao sol na economia globalizada (TEOBALDO, 2010).

Na esteira da ampliação da noção de patrimônio e nas transformações ocasionadas pela globalização, assiste-se nas últimas décadas do século XX, a proliferação de intervenções urbanas que têm como eixo a preservação do patrimônio e sua (re) significação para os tempos atuais. As intervenções em locais de interesse histórico se tornaram objetos de discussões acerca de seus resultados, sendo o mais visível o que se convencionou chamar de *gentrification*⁶, cuja alteração da paisagem urbana e sua transformação em espaços de entretenimento urbano e consumo cultural, converte espaços antes frequentados por diferentes grupos sociais em locais de uso das classes mais abastadas. Nesse sentido, os aspectos excludentes de tais projetos são alvos de constantes críticas: ainda que tenham criado espaços geradores de trocas socioculturais, esses se revelaram muitas vezes áreas de elevada segregação sócio espacial.

O termo “gentrification”⁷ foi utilizado pela primeira vez ainda na década de 1960 por Ruth Glass para se referir ao processo então em curso nos bairros centrais de Londres, no qual as famílias de classe média deixaram os subúrbios e passaram a habitar os bairros centrais antigos e desvalorizados, o que desencadeou a transformação da composição social do lugar com a substituição das camadas menos abastadas. Nesse sentido, de início, o conceito se aplicava a um fenômeno observado nas cidades inglesas e dizia respeito ao abandono progressivo dos subúrbios pela classe média e seu retorno ao centro. De acordo com Glass,

Um após o outro, numerosos bairros operários londrinos foram invadidos pelas classes médias alta e baixa. Locais com casinhas modestas, com dois aposentos no térreo e dois em cima, foram retomadas quando os contratos de aluguel expiraram, e se tornaram elegantes residências de alto preço. Residências vitorianas maiores que tinham mudado de função – ou seja, haviam passado a ser utilizadas como pensões familiares ou sublocadas – recuperaram um bom nível de status. Esse processo de gentrificação, uma vez começado em um bairro, se estendeu rapidamente até que quase todas as camadas populares que aí moravam origi-

6. O termo *gentrification* (ou gentrificação) será empregado aqui com o mesmo sentido utilizado por Harvey (1992), Featherstone (1995), Smith (1996), Zukin (1995) e Leite (2007) para designar formas de empreendimentos econômicos que escolhem certas áreas da cidade como centralidades e os convertem em áreas de investimentos públicos e privados cujas mudanças nos significados de uma localidade histórica faz do patrimônio um segmento de mercado.

7. A noção de gentrificação não tem significado na língua portuguesa, pois a palavra vem do inglês *gentry*, ou seja, pequena nobreza.



nalmente tivessem deixado o lugar e que todas as características sociais tivessem mudado (GLASS apud SMITH, 2006, p. 60).

A disseminação do conceito, antes restrito às cidades inglesas, ficou a cargo do geógrafo Neil Smith, que ampliou seu uso tomando-o como uma referência para pensar os fenômenos em curso em diversas cidades, transformando-se em uma “estratégia urbana global” (SMITH, 2006, p. 73). Autores como Harvey (2002), Featherstone (1995), Zukin (1995), atentam para o fato de que as práticas de gentrificação exacerbam a (re)produção de uma cidade desigual, seja quando expulsam a população de baixa renda de bairros e trechos urbanos revitalizados em prol de interesses econômicos das elites, seja quando tomam as culturas apenas como elementos de captação de investimentos, mercadorias sobre as quais se constrói um consenso sobre os rumos da cidade, financiado pelo capital privado e internacional.

Os processos de *gentrification*, de acordo com Zukin (2000), não devem ser pensados apenas como empreendimentos que buscam novos investimentos em áreas centrais, mas ainda como afirmação simbólica do poder das classes abastadas que buscam, por meio da arquitetura e do consumo afirmar sua visão de mundo perante os “sem poder”. Nesse sentido, o que seria um programa urbanístico com vistas a recuperar áreas degradadas criou segundo Zukin (2000) uma “paisagem de poder”:

A paisagem dá forma material a uma assimetria entre o poder econômico e o cultural. Essa assimetria de poder modela o sentido dual da paisagem (...) o termo paisagem diz respeito à chancela especial de instituições dominantes na topografia natural e no terreno social, bom como a todo o conjunto do ambiente construído, gerenciado ou reformulado de algum modo. No primeiro sentido, a paisagem dos poderosos se opõe claramente à chancela dos sem poder – ou seja, à construção social que escolhemos chamar de vernacular –, ao passo que a segunda acepção de “paisagem” combina esses impulsos antitéticos em uma visão única e coerente no conjunto (ZUKIN, 2000, p. 84).

Segundo Zukin (2000), o processo de construção da paisagem pós-moderna resulta da fragmentação econômica das antigas solidariedades urbanas e de uma reintegração que é fortemente matizada pelas novas formas de apropriação cultural. De acordo com a autora, o consumo visual do espaço e do tempo, que está simultaneamente acelerado e abstraído da lógica da produção industrial, obriga à dissolução das identidades espaciais tradicionais e à sua reconstrução sobre novas bases.

BELO HORIZONTE: RESULTADO DO EXERCÍCIO DA ORDEM NO ESPAÇO PÚBLICO

Belo Horizonte é uma cidade jovem que tem pouco mais de 100 anos⁸. Seu cenário na última década do século XX e os primeiros anos do século

8. Belo Horizonte foi inaugurada como capital de Minas Gerais em dezembro de 1897.



XXI exibe as marcas de um processo de ocupação que teve como resultado da implantação da ordem no espaço urbano a segregação espacial. Desta forma, a cidade encontra-se dividida, configurando-se como um espaço urbano que tem grande extensão física, mas contém barreiras “invisíveis” que impedem o acesso e a fruição igualitária de seus espaços por sua população. Suas ruas, praças e monumentos são a expressão de uma memória, guardam marcas de eventos políticos, sociais e culturais e do cotidiano experimentado pela população da cidade, e por isso comportam uma grande variedade de identidades, evidenciando a existência dos vários segmentos sociais que usam, percebem e se relacionam com seus espaços de formas diferenciadas. Essas formas distintas de apropriação, uso e percepção dos espaços estão relacionadas à maneira como esses vários segmentos sociais os vivem cotidianamente. Como assinala Arantes (1994, p. 192), “mais do que territórios bem delimitados, esses ‘contextos’ ou ‘ambientes’ podem ser entendidos como zonas de contato, onde se entrecruzam moralidades contraditórias [...] aproximam-se mundos que são parte de um mesmo modo mas que, assim mesmo, encontram-se irremediavelmente apartados.”

Uma análise diacrônica do mapa de Belo Horizonte revela as diferentes maneiras, simbólicas ou não, que garantiram, nas diversas épocas, uma “certa ordem”, o que pode ser também compreendido como um “controle da desordem”. Foram estabelecidas desde a concepção da nova capital barreiras invisíveis de acesso à área central da cidade para os segmentos mais pobres da população e a sociedade contemporânea estabeleceu barreiras simbolicamente invisíveis. Assim, as praças e ruas da cidade passaram a ser concebidas como locais próprios de práticas sociais e de visões de mundo antagônicas⁹.

Belo Horizonte é, na atualidade, fruto das várias ações do poder público, ao longo do tempo, nos vários espaços da cidade, como também da sua interação com a população que a ele recorre para as solicitações mais diversas. É uma cidade que comporta vários espaços que podem ser descritos pela presença de

9. A Praça da Liberdade, bem próxima ao bairro de Lourdes, pode ser considerada exemplar nessa questão. A Praça, emoldurada pelo Palácio do Governo e suas Secretarias que hoje se transformaram em museus e centros culturais, além do público habitual praticante do *cooper*, dos namorados e das crianças com suas bicicletas e patins, atrai também um público que aprecia seus jardins e considera agradável o passeio entre seus canteiros se preocupando, inclusive, em não degradá-lo. É inconcebível para a Praça da Liberdade abrigar algum morador de rua. Naturalmente, não existem placas permissivas ou proibitivas para tal tipo de apropriação de um espaço público, mas as **fronteiras simbolicamente invisíveis** têm esse poder de estabelecer o permitido e o proibido a partir da ordem que vigora em cada espaço da cidade. Hoje essa cena das fronteiras simbólicas na Praça Marília de Dirceu localizada no bairro de Lourdes foi, de certa forma, rompida com a apropriação e uso de seus espaços pelos moradores de rua vem realizando.



visões de mundo e práticas sociais diferentes, caracterizando-se, então, como uma paisagem urbana contemporânea¹⁰.

O desenho e a configuração atual da cidade, sua fragmentação e saturação de trânsito e fluxos, podem ser considerados como o resultado das atuações tanto do poder público quanto da população local nas áreas social, econômica, política e cultural. Isso porque todo tipo de intervenção no espaço de uma cidade por meio da remodelação de seus usos, da construção de novas edificações ou ainda da conservação e recuperação de algumas áreas produz resultados na sua conformação espacial. Assim, além das ações do poder público sobre os espaços da cidade, sua população também interage com esse meio e vai deixando suas marcas nele inscritas por meio de manifestações artísticas, da interferência direta no espaço urbano pela forma como o usufrui e também pela participação em organizações que atuam na cidade, objetivando modificações específicas em algumas de suas áreas.

O espaço urbano está em constante transformação quanto ao uso e a forma. Essas mudanças são produzidas pela própria concepção de “lugar de viver”, produzida culturalmente pelos agentes públicos e privados que moldam o espaço urbano de acordo com seus interesses políticos e de mercado (PASSOS, 2004). As relações sociais, os usos cotidianos e públicos do espaço constituem lugares que definem os espaços urbanos como espaços públicos, na medida em que os converte em locais de disputas práticas e simbólicas sobre o direito de estar na cidade, de ocupar seus espaços.

Enfim, ao longo de sua história, Belo Horizonte foi palco do enfrentamento entre os interesses de diversos grupos da cidade que buscaram validar formas de pensar e usar seus espaços para moldá-los de acordo com o que ansiavam e imaginavam ser viável para a cidade. Como as imagens de Belo Horizonte foram mudando com o transcorrer do tempo, essas formas de pensar e usar o espaço também se modificaram, pois o espaço pode ser considerado o “equivalente do tempo [...] um meio dinâmico que, ao mesmo tempo, exerce uma influência sobre a história e é moldado pela ação humana” (ZUKIN, 1996, p.206).

Belo Horizonte tem, então, seu espaço e suas formas de ocupação e uso influenciando na sua história, como também sendo influenciados pela ação de seus sujeitos. É a cidade como resultado da ação e relação entre os sujeitos e o meio onde se localizam. Como aponta Gottdiener (1993), o espaço é um produto contingente, resultado da articulação dialética entre ação e estrutura.

10. Para referir-se às cidades fragmentadas e ao mesmo tempo saturadas, um local onde diferentes cenários se sobrepõem, Brissac Peixoto (1996) utiliza essa noção.



Como paisagem urbana contemporânea Belo Horizonte se inscreve nesse universo como uma metrópole que tem seus espaços ou, de acordo com Arantes (1994), seus “ambientes” ou “contextos”, perpassados pela convivência diária de moralidades contraditórias. Seus sujeitos se cruzam cotidianamente num mesmo “ambiente”, mas seus mundos não se penetram, eles se justapõem¹¹ e, de certa forma, se confrontam. A existência de práticas tão diferenciadas num mesmo espaço torna possível pensar como as calçadas, as praças e demais espaços públicos da cidade podem ser apropriados pela população de rua da cidade e chama atenção para algo além da miséria e da insuficiência de políticas públicas habitacionais para a população de baixa renda, pois aponta também para a reinterpretção de usos dos espaços da cidade, para a existência de outras práticas sociais e visões de mundo não previstas pela sua ordem política, econômica e social (ARAÚJO, 2004).

Frente a esse dado da paisagem urbana de Belo Horizonte, discutir a questão da segregação a partir dos usos implementados pelos moradores de rua no bairro de Lourdes é fazer menção aos processos de produção de espaços de uma cidade como Belo Horizonte como reveladores de práticas excludentes que propulsionam a desigualdade social que, por sua vez, reiteram não apenas a desigualdade ao acesso à cidade, mas também a fruição de seus espaços públicos por determinados grupos sociais. Como assinala Zukin (2000) a gentrificação nos faz pensar como as classes abastadas se valem, inclusive, de formas arquitetônicas e de práticas de consumo, para afirmarem simbolicamente seu poder perante os “sem poder”.

O CASO DOS MENDIGOS DO BAIRRO DE LOURDES EM BELO HORIZONTE

Os “novos jeitos de morar” nas cidades, entre eles aquele experimentado pela população de rua, expressam uma distinta relação entre os usuários e o espaço ocupado, pois, para os moradores da rua, esse deixa de ser simplesmente

11. A justaposição corresponde ao caso da proximidade espacial com grande distância social (Chamboredon e Lemaire, 1992). Seria uma forma semelhante à de desigualdade socioespacial na escala de um bairro ou de uma rua. As cidades brasileiras ilustram essa justaposição: no caso de Salvador, ruas têm prédios de alto luxo defronte ou ao lado de residências modestas resultantes de ocupação ilegal. Em São Paulo, percebe-se a justaposição entre o bairro do Morumbi e a favela de Paraisópolis. Um aspecto a ser destacado é que a vista das residências ou dos bairros pobres não parece “perturbar” os residentes em imóveis elevados com varandas, situados em bairros afluentes vizinhos (Vasconcelos, 2013). No caso de Belo Horizonte os bairros Serra, Santo Antônio e São Pedro, por exemplo, podem ser emblemáticos nessa questão. Prédios de luxo com vistas para as habitações precárias das comunidades nos morros vizinhos.



local de passagem e movimento e torna-se também local de pausa e descanso. É onde eles permanecem, onde se localizam na cidade. Além disso, eles personalizam os espaços ocupados, transformam espaços públicos em lugares. Eles imprimem suas marcas ao se fixarem nesses espaços, a partir de “instalações temporárias”¹² que comportam apenas o pernoite ou das “instalações permanentes” quando casas são construídas e transformam a paisagem dos baixios de viadutos. Um espaço, a princípio vazio, onde ocorre a improvisação de uma casa, a instalação de várias ‘barracas’ ou, ainda, a permanência noturna, significa que ele passa a ser “preenchido” não somente por pessoas e objetos, mas também por novos hábitos e usos. Eles começam a se identificar com um lugar específico que é conformado de acordo com as atividades que passam a desenvolver ali, sejam elas morar, dormir ou trabalhar. A partir daí, ou seja, do “preenchimento” do espaço com homens e atividades, é possível apontá-lo como sendo um lugar com novo formato, nova dimensão e nova possibilidade de utilização. “O espaço transforma-se em lugar na medida em que adquire definição e significado” (TUAN, 1983, p.151). Isto é, a transformação do espaço em lugar se dá a partir dos usos e hábitos que os sujeitos ali instalados passam a desenvolver e que os possibilita nominá-lo como o lugar onde moram e/ou trabalham, como também o lugar onde estabeleceram laços e relações sociais e afetivas.

Aqueles que perambulam pelas ruas e se utilizam de calçadas ou bancos de praças para pernoitar têm uma relação mais estreita com a rua e seus subespaços pelo fato de demarcarem seus locais de pernoite com o papelão e o cobertor que pela manhã são guardados nas mochilas, nas sacolas ou escondidos¹³ em algum local próximo àquele do pernoite. O limite entre os dois lugares do espaço é ainda mais fluido, mais tênue do que aquele entre casa e rua, é estabelecido durante a noite e desfeito durante o dia. O limite de territórios é, então, entre o corpo e o chão, entre o indivíduo e a rua e não entre a rua e a casa.

O pernoite é realizado por um certo período de tempo em um mesmo local, mas as mudanças são frequentes e por isso ele é sempre provisório. Entretanto, apesar dessa relação com a rua e seus subespaços caracterizar-se pela temporariedade, principalmente no que se refere ao pernoite, não somente por-

12. Consideramos instalações temporárias as formas provisórias de permanecer nos espaços públicos da cidade pelos moradores de rua, ou seja, eles perambulam pela cidade durante o dia e realizam o pernoite em alguma praça ou calçada sob alguma marquise.

13. Eles usam a palavra *malocar* com o sentido de esconder. Por exemplo, eles dizem que malocam as cobertas durante o dia e as retiram à noite. Aqui pode-se perceber a referência ao termo *maloca* utilizado para nomear as casas na rua, como se fosse um local onde as pessoas não moram, mas se escondem.



que retiram dela sua sobrevivência, por meio da mendicância ou das atividades relacionadas à coleta do papel, papelão, latas de alumínio e garrafas plásticas e de vidro, mas também porque estão mais inteirados de seus códigos e valores. Ou seja, essas pessoas têm formas peculiares de sobrevivência no mundo da rua, têm formas próprias de comunicação e transmissão de informação sobre o que acontece nesse mundo, qual a sua lógica, isto é, como ele funciona.

Durante a noite esses sujeitos irão estabelecer uma espécie de vínculo com determinadas calçadas, praças ou outras áreas da cidade, pois é nesse período que, de certa forma, eles se estabelecem em algum lugar e, então, demarcam, minimamente, o território. Essa demarcação é geralmente feita com a utilização do papelão que cobre o chão e do cobertor que cobre o corpo, daí dizer que o limite entre as pessoas e a rua é aquele estabelecido entre o chão e o corpo. O corpo fica protegido de um contato direto com a calçada sendo o papelão aquele que demarca o limite da interação entre os sujeitos e a rua. Os indivíduos do “mundo da rua” buscam manterem-se imunes e protegidos do frio e da possível sujeira das calçadas, dos bancos das praças ou da soleira de uma marquise pela utilização do papelão, que serve como uma barreira contra o que pode estar contido no chão e “penetrá-lo”, desde o frio até a sujeira.

Esse distanciamento da “sujeira” das calçadas e das soleiras das marquises, pela utilização do papelão para o pernoite revela a ordenação do mundo que cerca o morador de rua, isto é, pode ser compreendida como uma característica do seu estilo de vida e também como forma de ordenar suas atividades cotidianas. A rua é o local atual da vivência e sobrevivência desses sujeitos, onde eles permanecem todo o tempo, estabelecendo, em certos momentos, durante o pernoite, por exemplo, um limite dessa interação entre eles e o espaço ocupado. Limite este que demonstra a tentativa de ordenar o seu universo, visto que o distanciamento da “sujeira” pode significar uma busca de recolocar as coisas nos seus devidos lugares.

Sobre a discussão acima, é preciso ainda considerar que a população de rua vive e sobrevive muito próxima ao lixo, quando não sobrevive exclusivamente dele. Ou seja, vivem próximos das sobras, dos restos, do que não se utiliza mais, que se deseja longe do espaço doméstico e do trabalho, vivem da coleta dessas sobras como uma forma alternativa de sobrevivência. Essa proximidade do lixo e da sujeira da qual a sociedade quer se livrar para limpar e, consequentemente, ordenar seus ambientes faz com que a população de rua seja, de alguma forma, identificada como sujeitos que vivem desordenadamente, pois convivem lado a lado com tudo que cotidianamente retiramos dos ambientes domésticos



para ordená-los a partir da colocação da sujeira no seu exterior. Coloca-se do lado externo das casas, dos edifícios residenciais e comerciais tudo que é considerado lixo, sobra, resto, tudo que não serve mais. Aqueles que hoje vivem dessas sobras que não fazem parte do ambiente doméstico ou de trabalho são então, considerados por muitos dos que não vivem a experiência da rua como local de trabalho e/ou moradia, como sujeitos que vivem fora da ordem, pois imiscuídos que estão no lixo e na sujeira é como se não demonstrassem preocupação alguma em ordenar seus ambientes.

Discutindo a questão da impureza, Douglas (1991) assinala que ela é concebida “[...] como uma espécie de compêndio de elementos repelidos pelos nossos sistemas ordenados” (DOUGLAS, 1991, p. 50). É dessa forma que repelimos o que parece estar fora do lugar dizendo que os utensílios de cozinha não podem, por exemplo, estar no banheiro, que as coisas que são da rua não podem estar dentro de casa. Segundo Douglas (1991), frente à impureza o nosso comportamento busca “[...] condenar qualquer objecto ou qualquer ideia susceptível de lançar confusão ou de contradizer as nossas preciosas classificações.” (DOUGLAS, 1991, p.51) Vale também chamar a atenção para a noção de “sujeira” e “pureza” discutida por Douglas (1991) como representante de um sistema organizado de significados enquanto uma forma de organizar o mundo que nos cerca. Ou seja, a partir das noções de “pureza” e “sujeira” buscamos uma certa ordenação do universo que nos rodeia. “Tal como a conhecemos, a impureza é essencialmente desordem. (...) A impureza é uma ofensa contra a ordem. Eliminando-a, não fazemos um gesto negativo; pelo contrário, esforçamo-nos positivamente por organizar o nosso meio” (DOUGLAS, 1991, p.14).

Algumas reportagens jornalísticas e opiniões do senso comum chegam a dizer que a população de rua vive desordenadamente porque, por exemplo, não se distancia do lixo e da sujeira. Isto denota uma atitude etnocêntrica que coloca fora do lugar classificações e valores que não encontram guarida no “mundo da rua”.

Alguns urbanistas, preocupados em manter as cidades limpas e, mais do que isso, de deixar seus moradores cada vez mais longe da sujeira e de quem possa ser identificado com ela adotaram o que se pode denominar de “arquitetura antimendigo”, que assume desde versões mais dissimuladas – como bancos cujo design dificulta seu uso como camas, pisos irregulares, grades que cercam espaços vazios ou jardins, ferragens pontiagudas - até hostilizações ostensivas – esguichos de água suspensos em marquises para molhar calçadas durante a noite; jogos incômodos de luzes; superfícies pontiagudas; planos inclinados e/ou com revestimentos assentados de forma a evitar o contato.



As soluções espaciais podem – e deveriam, contribuir para minimizar os problemas urbanos. No entanto, podem também potencializá-los. Essa arquitetura “da violência” ou “de segurança” não é concebida inadvertidamente: trata-se de uma estratégia de projeto deliberada para garantir isolamento e conta com interesse e incentivo do mercado imobiliário, com a aprovação – e exigência – da parcela da sociedade que a consome, com a aquiescência do Poder Público, que não apenas permite como, por vezes a implementa, e com a participação ativa dos arquitetos, urbanistas e designers, que a projetam. Percebe-se, nesse contexto, que arquitetura, design e segurança caminham deliberadamente juntos, com o objetivo de inibir contatos das pessoas com “o outro”, mantendo-o fora, excluído, ou mantendo-o dentro, confinado (ANDRADE, 2011).

Ainda nos anos 1990 uma reportagem do jornal “Estado de Minas” Costa (1994) define a proposta dessa arquitetura como sendo a “[...] construção de prédios sem marquises ou gradeados, com óleo queimado no passeio e até chuveiro¹⁴ aberto de duas em duas horas durante a madrugada, que são usados para afugentar as pessoas, é, os mendigos, que dormem na rua” (COSTA, 1994, p.2). Torna-se claro como é violento o embate entre segmentos urbanos sem que se afigure sequer como conflito e tampouco como uma forma de violência.

O jornal “Folha de São Paulo” de dezembro de 1996 também publicou uma reportagem que fez referência a algumas cidades dos Estados Unidos que elaboraram leis antimendigos, pois consideravam como prática ilegal deitar em uma calçada pública. Outras cidades chegaram a criar bancos nas praças e parques onde fosse impossível dormir, um outro exemplo de “arquitetura antimendigo”. Tudo isso indica uma tendência não só de retirar das paisagens urbanas a figura do mendigo, do morador de rua, como também de reforçar o estigma da população de rua como marginais e vagabundos, buscando distanciá-los ainda mais do convívio social em espaços que são públicos na cidade.

Alcançando o século XXI, observou-se em agosto de 2012 em Belo Horizonte a colocação de pedras pontiagudas em área embaixo de viadutos na Regional Nordeste. Essa ação foi alvo de inúmeros protestos: o Evento Humanize uma Pedra¹⁵, ocorreu debaixo do um dos viadutos onde havia as pedras, na Avenida

14. Em Belo Horizonte, foi possível observar essa prática na rua da Bahia em frente ao Ginásio do Minas Tênis Clube, zona sul da cidade, onde a noite inteira escorria água pela calçada para que alguns moradores de rua, já antigos e conhecidos de toda vizinhança, não permanecessem ali.

15. O evento “Humanize uma pedra” divulgado pelas redes sociais foi parte dos protestos ocorridos à época. Segundo o texto de divulgação: “Nos últimos anos, a população de rua de Belo Horizonte tem sido vítima de uma série de medidas discriminatórias, que nada se preocupam com o acolhimento, a reintegração e a dignidade da população de rua. Há na cidade um déficit de vagas em abrigos, o Centro de Referência da População de rua foi fechado, e o número de mendigos



Cristiano Machado, via de acesso ao Aeroporto Internacional de Belo Horizonte. Artistas promoveram no local intervenções no espaço com o objetivo de atrair a atenção das pessoas para os problemas vividos pela população de rua. A Prefeitura de Belo Horizonte justificou a medida alegando que as pedras se destinavam a afastar os moradores de rua no intuito de protegê-los contra enchentes que poderiam ocorrer no local.

No processo de afastamento do outro, as barreiras urbanas e arquitetônicas, o mobiliário, detalhes e sinais de exclusão vão coibindo as expressões corporais, os contatos humanos, os comportamentos e as interações das pessoas entre si e com a cidade, deixando-a com feições hostis frente a seus usuários (ANDRADE, 2011).

A distância, o afastamento e a retirada desses sujeitos do cenário urbano através dessa “nova arquitetura” também reflete a busca pela manutenção da “ordem” por meio do controle de espaços suscetíveis de serem apropriados pelos moradores de rua. Assim, a escolha do local para o pernoite ainda tem que levar em conta os artifícios adotados na arquitetura de alguns edifícios para não tê-los como vizinhos. Nesse sentido, ainda que essas “soluções” possam parecer naturais e banais às pessoas protegidas, são imediatamente percebidas por aqueles dos quais se busca proteção.

Em se tratando dos moradores de rua que perambulam e pernoitam nas calçadas sob marquises ou praças, a relação que estabelecem com a vizinhança é geralmente tensa. Muitas pessoas pernoitam em praças e calçadas da região central da cidade onde a ocupação e uso dos locais é mais comercial do que residencial. Quando, porém, existem residências próximas às áreas de pernoite, as reclamações sobre a permanência deles nos locais, é comum. Um exemplo do alcance desta tensão pode ser essa denúncia do jornal Estado de Minas do dia 27 de outubro de 1994, sobre um mendigo que ocupava um quarteirão fechado na região central da cidade¹⁶, apontando “[...] que não é certo cidadãos – crian-

assassinados nos últimos anos cresceu consideravelmente - e pouco ou quase nada se fala sobre isso. Como se não bastasse a ausência de políticas de acolhimento, existem diversas denúncias de que fiscais da prefeitura se encarregam de confiscar os pertences e também os documentos dos moradores de rua - o que aumenta a situação de vulnerabilidade deste grupo. Agora, muitos viadutos da cidade foram cobertos por pedras anti-mendigos, uma medida que escancara o que a prefeitura quer fazer com os mendigos: expulsar da cidade, expulsar do nosso campo de visão - como se isso por si dessa conta do problema. Queremos, pois, promover a discussão sobre esse assunto. Para isso, convocamos a todos à intervenção HUMANIZE UMA PEDRA. Traga sua toalha e lanche para o piquenique, traga tinta guache (que sai com água) para colorir uma pedra, traga flores, traga um amigo. Adote uma pedra, humanize uma pedra, humanize a cidade!” (Disponível em < <https://www.facebook.com/events/231371210318252/?ref=52&source=1> >)

16. O quarteirão fechado da Avenida Álvares Cabral, próximo à Rua da Bahia, localiza-se na região centro-sul da cidade.



ças, jovens, senhores e senhoras – conviverem com uma pessoa adulta fazendo suas necessidades fisiológicas no primeiro bueiro à mão. Errado ou não, é o que acontece todos os dias [...]” (Caderno Cidades, p.18) O mendigo ressalta que usa o bueiro para não sujar a rua.

A existência de moradores de rua tem acompanhado o desenvolvimento da cidade, tendo passado pelas mais diversas classificações, tanto que as denúncias e reclamações sobre os mendigos e catadores de papel não são recentes na cidade. Nos anos 1930¹⁷, 1940¹⁸ e 1950 já encontravam-se reportagens sobre situações que nos remetem a forma como a população de rua sobrevive nos dias atuais. Em 1938 houve denúncia de crianças e adolescentes que estavam nas ruas; em 1949, uma reportagem do Diário de Minas mencionou sobre os “turistas da miséria”, título conferido aos mendigos que, em sua maioria, eram de outras cidades. Essa mesma reportagem também chamou a atenção para um grupo de pessoas que morava debaixo do “Viaduto Perrela”¹⁹ e já fizeram menção a imundície do local. Em 1956²⁰, os jornais denunciaram o descaso da polícia no tratamento do problema dos mendigos da cidade, considerados “vadios”, “desajustados”, que viviam em um ambiente de promiscuidade improvisando “favelas” onde se instalavam.

Entre maio e novembro de 1994²¹, reportagens denunciaram o problema dos catadores de papel que ocupam calçadas inteiras de áreas centrais da cidade para realizarem a separação do papel e, por vezes, se instalam em tais calçadas como local de moradia. Um dos artigos dessa época apontava que “[...] não há justificativas – nem sociais – para a pobreza ocupar áreas nobres da terceira capital do País” (Estado de Minas, 1994, p.2, Segunda Seção) Sendo assim, as áreas nobres deveriam, como sempre aconteceu desde a fundação da cidade, ser destinadas às atividades nobres e ocupantes selecionados.

Há exatos 20 anos atrás, em 1994, houve um acampamento dos sem-casa em frente à Secretaria Estadual da Habitação quando a relação com os moradores e comerciantes do Bairro de Lourdes tornou-se dramática e muito tensa, a vizinhança, tanto dos edifícios residenciais como dos estabelecimentos comerciais,

17. Jornal Diário da Tarde, 1938.

18. Jornal Diário de Minas, 1949.

19. O Viaduto do Perrela localizava-se onde, hoje, é a confluência das Avenidas do Contorno e Andradas, no bairro da Floresta, região leste da cidade.

20. Conforme reportagem publicada no Estado de Minas de 27 de outubro de 1994, caderno Cidades, p.18.

21. Devemos ressaltar que não foi feita uma pesquisa sistemática nos jornais da cidade em busca desse tipo de informação, por isso as datas das matérias dos jornais são tão esparsas.



travou uma acirrada luta com o poder público – municipal e estadual – no sentido de retirar as pessoas que ali estavam vivendo em condições precárias afetando, segundo afirmavam, o comércio de restaurantes, padarias e a tranquilidade e segurança das residências do local. Os jornais, durante este período, publicaram várias matérias explicitando a posição dos comerciantes, moradores e de pessoas que, geralmente, transitavam pela região.

Com a frase “não somos mendigos, somos trabalhadores e queremos resolver nosso problema de falta de moradia.”²², a matéria de jornal buscava enfocar o problema da convivência dos sem-casa com os moradores da região. Essa mesma matéria trazia o código de normas de comportamento na área ocupada naquele momento, elaborado pelos “sem-casa” buscando não entrar em atrito com a população vizinha. Esse código previa a proibição de “[...] pedir comida ainda que em estado de uso ou colocada para venda. [...] pedir dinheiro. [...] É permitido pedir os alimentos que não vão ser utilizados, como frutas, e verduras muito maduras ou que já estão sendo jogados fora nos mercados.”²³

A matéria acima mencionada apontava para duas questões: primeiro, assinalava que os próprios participantes do movimento dos “sem-casa” acampados no Bairro de Lourdes, preocupados com o possível atrito com a população vizinha, estabeleceram normas de conduta buscando adotar um comportamento que não fosse agressivo e não prejudicasse em nada a vizinhança. Ou seja, definiram como deveriam agir de acordo com os incômodos que acreditavam que a vizinhança poderia vir a ter. Eles mesmos admitiram serem causadores de incômodos e por assim ser deveriam agir de forma a não causar transtornos. Dessa forma, buscavam fugir dos estereótipos das representações sobre a população de rua estendidos a eles. Desejavam enfatizar que, como pessoas trabalhadoras lutando pela conquista da moradia, teriam o direito de permanecer naquelas calçadas e não deveriam ser equiparados aos mendigos que também ocupam espaços públicos, mas, por meio da mendicância, não lutavam por nada além da sobrevivência seja esta onde for. O trabalho é enfocado aqui como uma categoria reveladora da tentativa de redefinição do estigma sobre a população de rua, pois como pessoas trabalhadoras, que, além disso, lutam por seus direitos, os participantes do movimento dos sem-casa, ali acampados, não desejavam ser confundidos com aqueles que, segundo eles, apenas “lutam pela sua sobrevivência” – os mendigos. Assim, tentavam legitimar a reivindicação do movimento.

22. Estado de Minas, 19 set.1994. Caderno Cidades, p.26

23. Uma das mulheres acampada na Avenida Olegário Maciel esquina de Alvarenga Peixoto, Estado de Minas, 19 set.1994. Caderno Cidades, p.26



Em segundo lugar, a mesma matéria também ressalta que um grupo da cidade adotava uma estratégia política para a conquista da moradia e ao mesmo tempo em que isto se ocorria travou-se uma outra luta entre segmentos diferentes da sociedade, pois enquanto uns buscavam garantir o direito da reivindicação pela casa própria, outros buscavam expulsá-los do local onde se encontram pelos transtornos que lhes causavam. Ou seja, ambos disputavam o espaço urbano e por formas de o ocupar, tornando claro que existia ali uma luta simbólica pela imposição de classificações, representações e usos possíveis sobre aquele espaço da cidade: o bairro de Lourdes.

Após uma reunião realizada no dia 26 de outubro de 1994 com uma comissão de moradores, comerciantes e representantes da comunidade dos bairros Santo Agostinho/Lourdes, o Secretário Estadual de Habitação, José Roberto Vasconcelos, informou que a retirada dos sem-casa já estava acertada com o comando da Polícia Militar e com a Prefeitura. Os moradores e comerciantes articularam-se e com base na Lei de Posturas do Município decidiram entrar com uma ação exigindo que a Prefeitura fizesse cumprir a legislação. Caso fosse necessário, recorreriam à força policial. O Secretário Estadual da Habitação, no sentido de orientá-los, colocou à disposição o departamento jurídico da secretaria. Os problemas mais citados na reunião pelos moradores e comerciantes eram as “[...] moscas, o mau-cheiro e insegurança.”²⁴ Além de enumerar os problemas, entregaram manifesto por escrito, exigindo a data oficial da retirada dos sem-casa alegando que a boa vontade deles havia esgotado e que tais medidas deveriam ser tomadas “para evitar que a comunidade já exaurida tome medidas de repercussão nacional.”²⁵ No dia 31 de outubro, um morador do bairro de Lourdes entregou formalmente o pedido para que a Prefeitura retirasse as famílias de sem-casa do local.

Os argumentos dos moradores e comerciantes do bairro de Lourdes eram de teor ideológico, relativos à sujeira, mau-cheiro e insegurança. Ou seja, referiam-se aos estereótipos sobre a população de rua que vive das sobras, dos restos, daquilo que é colocado fora do ambiente doméstico e de trabalho. A oposição entre ordem e desordem aparece como justificadora do que pode e do que não pode coexistir. Os estereótipos expressaram ali o que e quem fazia parte de determinado grupo ditando como viviam e ao mesmo tempo apontando com quem não era possível partilhar a convivência social.

Apesar das ações dos moradores e comerciantes para a retirada dos sem-casa da região, a desocupação da área só teve início no dia 14/11/1994 encer-

24. Estado de Minas, 27 out. 1994. Caderno Cidades, p. 17

25. Estado de Minas, 27 out. 1994. Caderno Cidades, p. 17



rando-se no dia 16/11/1994, quando as últimas famílias fizeram a mudança das calçadas do bairro de Lourdes. Essa “retirada” foi uma expressão da tensão que alcançou o conflito e da pressão exercida pelos moradores do bairro.

Um dia antes da saída do restante das famílias de sem-casa ali acampadas (15/11/1994), um artigo é publicado na Segunda Seção do Estado de Minas em defesa “... dos sacrificados moradores da região conflagrada da Olegário Maciel/Alvarenga Peixoto, ocupada há mais de oitenta dias pelos “sem-casa” de Neves. E a gente fala de Neves para dar um nome ao conjunto de mais de duzentos favelados que fincaram suas barracas de plástico e papelão nos passeios de uma das regiões mais nobres da cidade.” O tom crítico e intolerante da matéria revelou os aspectos ideológicos do conflito, pois, por um lado, os participantes se empenhavam para evitar a identificação com os “favelados” e foi exatamente dessa forma que foram tratados pelo jornalista. São os “favelados” que devem se retirar do local porque os “moradores da região estão sacrificados”. O problema da falta de moradia é reduzido ao fato de “favelados terem fincado suas barracas em uma região nobre da cidade”. O conflito é acirrado porque instalados da forma como estavam eles trouxeram a desordem para uma região que ainda se identifica com aquela antiga imagem de Belo Horizonte como ‘cidade jardim’ bela e higiênica. Como os jardins não fazem parte desse tipo de acampamento e os referenciais de limpeza e higiene não são os mesmos dos moradores daquele bairro, o conflito entre esses dois grupos da cidade atingiu seu ápice no momento em que ocorreu a ocupação das calçadas do bairro de Lourdes. O embate que aí teve lugar não referiu-se somente à luta pela ocupação de um espaço, pela garantia de programas de moradia popular, mas também uma luta por valores e hábitos que um determinado espaço pode comportar. Essa matéria foi representativa no sentido de explicitar como as famílias participantes dessa ocupação estavam sendo vistas.

Essa mesma matéria do dia 15/11/1994 chamou a atenção para outra área da cidade onde, naquela época, era possível encontrar muitas casas de madeira, papelão e lona.

Preocupa tanto, incomoda tanto o acampamento da Olegário Maciel que consegue até minimizar o que vem acontecendo nas margens do Arrudas, onde uma favela foi implantada atrás do muro divisório da pista de tráfego. Escondida aos olhos de quem passa, ela só faz crescer - sem que nada se faça para impedir a ocupação da região. (Estado de Minas, 15 nov. 1994. Segunda Seção, p.2)

Essa “favela”, como era denominada, constituía-se de casas de madeira, papelão e lona sobre uma parte da calçada da Avenida do Contorno na faixa que margeia o Ribeirão Arrudas, no bairro Barro Preto, próximo à região central da



cidade²⁶. Mais uma vez a referência à favela é usada, sendo que o objeto sobre o qual é falado é diferente, mas, aos olhos de um transeunte, as barracas são todas iguais e as pessoas que as habitam também, não havendo diferença entre participantes do movimento dos sem-casa e “construtores de casa” sob viadutos e passarelas e nas calçadas. A diferença entre eles está na forma como eles mesmos se percebem e não como os outros, que não têm a rua como referência de moradia, os veem. Ou seja, a diferença é interna a cada segmento da população de rua fazendo parte das identidades de quem pertence a cada um deles. Entretanto, essa diferença não é percebida porque a visão dominante sobre a população de rua é homogeneizadora e redutora, pois ignora a diversidade.

Em janeiro de 1995, dois meses após a remoção dos sem-casa, os comerciantes e comercíários da região do bairro de Lourdes se lembravam do episódio ocorrido no ano anterior como um acontecimento *sui generis* na região e difícil de ser esquecido devido aos transtornos e, para alguns, aos prejuízos financeiros. O que relataram ter sido mais marcante naquele período foi o odor característico de locais onde as condições sanitárias, de higiene e de limpeza eram precárias. O mau cheiro era forte e passou a ser uma referência importante em relação ao episódio da ocupação das calçadas no bairro de Lourdes pelos participantes do movimento dos sem-casa pela ameaça que representou ao comércio, principalmente o restaurante e a padaria.

Discutindo sobre as representações referentes aos odores no século passado, Courbin (1987) assinala que

o burguês projeta sobre o pobre aquilo que ele tenta recalcar. A visão que ele tem do povo se estrutura em função da imundície. A fetidez do animal deitado sobre seu excremento, em sua toca, constitui-se num modelo. Seria então artificial dissociar a insistência no que diz respeito ao fedor do pobre, por um lado, e por outro, à vontade burguesa de desodorização (COURBIN, 1987, p. 185,186).

Essa é uma visão do século XIX, mas é importante para interpretar a ideia do mau cheiro como uma peculiaridade dos participantes do movimento dos “sem-casa” apontada pelos vizinhos do “acampamento” no Bairro de Lourdes. Uma característica que os tornou inesquecíveis, mas que ao mesmo tempo fortaleceu na vizinhança o desejo de afastá-los, pois exalavam odores que tanto comercíários quanto comerciantes procuravam conter e estar distantes. Era o desejo de desodorizar, de trazer a higiene, da forma como eles a compreendem, de novo para o seu lugar. Era a tentativa de tirar as “impurezas”, a “sujeira” que se instalava nas calçadas conferindo-lhes um aspecto de “desordem”.

26. Esse local é onde hoje se localiza a ASMARE Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis.



De acordo com Douglas (1991, p. 50), “a impureza é uma ideia relativa”, ela nunca é um fenômeno isolado. [...] Ela é o subproduto de uma organização e de uma classificação da matéria, na medida em que ordenar pressupõe repelir os elementos não apropriados.” Nossos sistemas de ordenação a concebem como um conjunto de elementos repelidos que estão fora do lugar. As pessoas que participavam do movimento dos “sem-casa” não eram por si só “impuras”, “sujas”. Eram consideradas e rotuladas dessa forma por estarem “acampadas” em barracas de lona nas calçadas, realizando ali atividades domésticas, privadas, não previstas para os espaços públicos. É “sujo”, é “impuro”, é expressão de “desordem” cozinhar, dormir e, sobretudo, viver nas calçadas.

A sujeira e a limpeza, representações classificatórias, tornam-se noções que distinguem os moradores do Bairro de Lourdes naquele momento. O morador, o comerciante e o comerciante daquela região eram diferentes dos participantes do movimento dos “sem-casa”, entre outras coisas, pelos hábitos de higiene que preservavam, pois esses eram a expressão da ordem. Dessa forma, acreditavam que ainda estando no mesmo espaço deveriam, insistentemente, marcar a diferença, a separação entre eles, o que significava a distância da desordem. “Nós”, moradores e trabalhadores de um bairro da zona sul de Belo Horizonte, somos diferentes (porque limpos e higiênicos) dos “outros” (participantes do movimento dos “sem-casa” que se instalaram nas calçadas).

Sujo/limpo é um par dicotômico que estabelece uma fronteira pelos hábitos que os sujeitos adotam e esses são classificados a partir de tais hábitos. Como assinala Burke (1996) em seu artigo sobre o hábito de tomar banho, “[...] é obvio que, muito embora todos nos pretendamos limpos e higiênicos, as atitudes quanto ao que é considerado **limpo** ou **sujo**, **puro** ou **poluído** variam ao longo do tempo tanto quanto de um lugar ou grupo social para outro.” (BURKE, 1965, p. 3) (Grifos nossos)

Quase vinte anos após o episódio de 1994, ocorrido no bairro de Lourdes em virtude do acampamento do movimento dos sem-casa, no dia 02 de outubro de 2013 voltou à cena belorizontina uma situação que remete nossas reflexões sobre a exclusão social, segregação e desigualdade de acesso e formas de ocupação dos espaços públicos da cidade. Foi noticiado em jornal de grande circulação na cidade que nesse bairro da zona sul de Belo Horizonte cujo metro quadrado alcança a média de R\$8.754,86, que a AMALOU (Associação de Moradores do Bairro de Lourdes) e os comerciantes do local decidiram firmar um pacto para evitar a presença de moradores de rua em suas vias e praças públicas. O censo



da população de rua de 2013²⁷ identificou que a Regional Centro Sul é o local onde mais se concentra grande parte (44,8%) dos moradores de rua. O bairro de Lourdes faz parte da Regional Centro Sul.

Para garantir o pacto a orientação foi não doar roupas, comida e tampouco dinheiro a qualquer sujeito que seja identificado como mendigo e/ou população de rua. Na Praça Marília de Dirceu localizada no “centro” do bairro foram instalados esguichos de água para serem ligados em horários estratégicos no intuito de “espantar” e afastar os moradores de rua que desejassem permanecer no local. Tal como noticiado nos jornais de Belo Horizonte e São Paulo nos anos 1990 sobre a arquitetura antimendigo. As discussões em torno das medidas adotadas no bairro de Lourdes tiveram início em maio de 2013 e contaram com o apoio da ABRASEL (Associação de Bares e Restaurantes de Minas Gerais) visto que a região tem muitos empreendimentos comerciais do ramo da alimentação e entretenimento, entre outros. As decisões sobre as ações a serem adotadas no bairro de Lourdes se deveram ao fato de que os moradores do bairro estavam, segundo eles, perdendo a liberdade de circular livremente pelas ruas porque aumentou muito o número de moradores de rua. Além dos esguichos na praça em momentos estratégicos, decidiu-se também que o lixo recolhido pela Secretaria de Limpeza Urbana – SLU deveria ser deixado na porta dos edifícios no horário mais próximo da passagem do caminhão para que o lixo não ficasse exposto na rua dando margem a que a população de rua pudesse vasculhá-lo. Houve alguns empreendimentos comerciais do ramo da alimentação que chegaram a contratar empresas privadas para recolher o lixo evitando deixa-lo exposto nas ruas até a chegada do caminhão.

No dia 12 de outubro de 2013 foi organizado via *facebook* uma ação de repúdio às tentativas de inibir a presença dos moradores de rua. O Ato a Favor dos Moradores de Rua (AMOR) contou com a presença no local de cerca de cinquenta pessoas que distribuíram comida, calçados e roupas. O Comitê de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua, que fiscaliza as ações implementadas contra essas pessoas pretendia discutir o problema com a AMALOU. Concomitantemente ao que ocorreu no bairro de Lourdes, fiscais da Prefeitura foram treinados para voltar a confiscar objetos de moradores de rua que estejam obstruindo vias. Impedidos anteriormente por uma liminar judicial que proibia o recolhimento de pertences pessoais dos moradores de rua, agora vão agir em conjunto com a Polícia Militar.

27. Em 2013 foi realizado o terceiro censo sobre a população de rua quando foram recenseadas 1827 pessoas.



Ocupando a Praça Marília de Dirceu desde maio de 2013 um morador de rua que trabalha como catador de material reciclável disse ter escolhido o bairro em função da existência de mais lixo e observa: “Estamos ficando sem espaço. Fico triste porque não sujamos nada, só queremos descansar”.

Esse fato foi revelador de um dos efeitos da gentrificação qual seja, o acirramento da desigualdade e distância social entre os moradores de uma cidade. Reitera um discurso que alimenta a segregação espacial e social, visto que as ações definidas pelos moradores e comerciantes do bairro de Lourdes para intimidar a presença da população de rua no bairro, reforçou o fato de que o bairro é destinado tanto para moradia como para as horas de entretenimento por determinados sujeitos da cidade, em geral, daqueles que compõem a elite da cidade.

Diante dessa situação outro grupo da população de Belo Horizonte decidiu posicionar-se contrariamente às decisões da AMALOU e da ABRASEL no intuito de reforçar que a cidade é de todos e que não se deve tratar um grupo de moradores da cidade com tamanho repúdio restringido a forma como deveriam usar os espaços públicos de determinada região da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na cidade existem áreas residenciais de vários tipos, que estão em constante transformação quanto ao uso e a forma. Essas mudanças são produzidas a partir dos agentes públicos e privados que moldam o espaço urbano de acordo com seus interesses políticos, de mercado e também pela própria concepção de “lugar de morar”, que é produzida culturalmente. Tais mudanças conferem ao espaço grande heterogeneidade, reflexo das ações dos diversos agentes sociais que,

de acordo com racionalidades próprias, direcionam a produção e reprodução do espaço urbano... Em realidade, o espaço urbano apresenta-se extremamente fragmentado, refletindo o resultado da ação das forças de diferenciação das classes e dos agentes modeladores do solo urbano (O’NEILL, 1986, p. 64).

O espaço urbano é onde se processa de modo visível diferenças entre as classes, e sua ocupação privilegiará aquelas que possuem maior poder de barganha: a classe economicamente dominante pode assim apropriar-se das melhores porções desse espaço, controlando a sua produção, uma vez que detém o controle de seus meios. Dessa forma, os pobres serão excluídos do acesso não só à terra, mas ao mercado de trabalho e aos serviços básicos, e se veem obrigados a se confinar em locais carentes de infraestrutura, habitando onde lhes resta: áreas onde precisam prover seu modo de ocupação por serem espaços marginais



e desestruturados, onde inexistente sentido de aplicação de leis urbanas, como é o caso das favelas. Desde as duas últimas décadas do século XX até o momento, além das favelas, temos presenciado, não só nas cidades brasileiras, mas também ao redor do mundo, o fenômeno da população de rua, como mais uma consequência desse processo de exclusão do acesso à terra, ao mercado de trabalho e aos serviços básicos. Pelos mais variados motivos, dentre eles a dificuldade de sobrevivência nas periferias das cidades, muitos sujeitos se movem para as ruas em busca de uma possibilidade de viver na paisagem urbana contemporânea.

Segundo Lefebvre (1969), o espaço não se reduz apenas ao local onde se processam as relações e meio de produção. Ele é parte do conjunto das forças de produção: é por meio dele que a sociedade se reproduz. O espaço não é subordinado ao econômico: é parte dele; não é mero receptáculo das ações humanas, constituindo uma força produtiva da qual o capital também se apodera para criar condições para sua reprodução.

O espaço torna-se, enquanto condição, meio e força de produção, fonte de contradição à medida que as relações sociais nele desenvolvidas precisam se adequar à forma como este é utilizado para adquirir riqueza. O espaço converte-se também em mercadoria a partir de sua forma de utilização, constituindo-se assim produto das forças e meios de produção. A conversão do espaço social – valor de uso – em espaço abstrato – valor de troca – pressupõe não apenas sua transformação em mercadoria, como também a perda de suas condições de proporcionar a todos os indivíduos a sua fruição plena.

O Estado se utiliza do espaço para promover seus interesses administrativos, como instrumento de controle social. O Estado define o uso e ocupação dos espaços: ele aproxima ou separa. Em contraposição a esses usos impostos pelo Estado, a população de rua tem implementado diferentes possibilidades de viver e sobreviver nas ruas das cidades a partir dos usos e práticas que instalam nos espaços públicos.

A setorização proposta é o prenúncio das periferias miseráveis e desorganizadas espacialmente não somente de Belo Horizonte, mas de várias grandes cidades brasileiras. A “cidade ideal” destina-se às elites, destinando aos pobres somente os espaços residuais. Essa forma de planejamento faz acentuar e realçar as diferenças sociais. A população menos favorecida se estabelece então à margem da atuação do poder público, tendo que construir seu espaço à revelia de qualquer sentido de ordenação. A cidade ideal, no caso aqui discutido é palco para os grupos sociais que podem arcar com os altos custos para viver e sobreviver no bairro Lourdes, região nobre de Belo Horizonte e cabe a esse grupo



“definir” quem eles desejam que circulem pelos espaços públicos do bairro e por isso se arvoram no direito de implementar ações que “espantem” os moradores de ruas das praças e calçadas.

O processo de urbanização transforma a metrópole, produz o fenômeno da centralização de poder em determinadas áreas e, por consequência, uma periferização cada vez maior, estendendo assim o tecido urbano: o espaço, diante das transformações no processo produtivo é cada vez mais dominado pelo valor de troca. Desse modo, os lugares são submetidos a um sistema de rentabilidade, se tornando então locais idealizados, criados por determinadas regras de mercado. Surgem assim áreas distintas no espaço urbano, que irão se caracterizar pela forma de apropriação. A gentrificação pode ser implementada pelos interesses do poder público e do mercado imobiliário em revitalizar determinadas áreas degradadas da cidade, mas no caso de Belo Horizonte, a gentrificação no bairro de Lourdes expressa não só a força do mercado em continuar atuando na construção de empreendimentos imobiliários rentáveis, mas com isso reiterar que aquele espaço da cidade é destinado para aqueles que têm “poder” para tal, inclusive, poder de definir com quem eles desejam conviver nos espaços públicos do bairro.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, A. A. *O Espaço da Diferença*. São Paulo, Papirus, 2000.
- ANDRADE, P. A. de. Quando o design exclui o Outro. Dispositivos espaciais de segregação e suas manifestações em João Pessoa PB. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 134.05, Vitruvius, jul. 2011 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.134/3973>>. Acesso em 14 out. 2013.
- ARAÚJO, W. M. de. *População de rua em Belo Horizonte: a reinvenção de espaços domésticos no improviso da moradia*. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2004.
- BIDOU-ZACHARIASEN, C.; HIERNAUX-NICHOLAS, D.; RIVIÈRE D'ARC, H. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, Ed. UNESP, 2001.
- CORBIN, Alain. *Saberes e Odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- CORREA, Roberto Lobato. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (orgs.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013.
- DAVIS, Mike. *Cidade de Quartzos: escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo, Scritta, 1993.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo: ensaio sobre as noções de poluição e tabu*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de Consumo e Pós-Modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- GOTTDIENER, M. (1993) *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 11. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.



PASSOS, A. do N. *Do Vila D'el Rey ao Alphaville: mudanças e permanências nos condomínios fechados do eixo-sul da região metropolitana de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2004.

PASSOS, A. do N. *Mundos em miniatura, espaços de celebração: sociabilidade e consumo nas galerias do hipercentro de Belo Horizonte*. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2012.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Documentos, 1969.

MOREIRA, C. da C. *A cidade contemporânea entre a tábula rasa e a preservação: cenários para o porto do Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

O'NEILL, M. M. V. C. *Condomínios exclusivos: um estudo de caso*. Revista brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 48(1): p. 63-81, jan./mar., 1986.

PEIXOTO, P. A corrida ao status de patrimônio mundial e o mercado urbano de lazer e turismo. In: *Veredas – Revista Científica do Turismo*. Ano 1, n. 1, jul., 2002.

RIBEIRO, L. C. QUEIROZ. *Direito à Cidade e a Segregação Residencial: desafios do Estatuto da Cidade. Observatório das Metrópoles*, 2004. Acessado em agosto de 2014. Disponível em: <http://web.observatoriodasmetropoles.net>.

Rolnik, Raquel. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SMITH, N. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: BIDOUE-ZACHARIASEN, C. (Org). *De volta à cidade*. São Paulo: ANNABLUME, 2006.

TEOBALDO, Izabela Naves Coelho. *A cidade espetáculo: efeito da globalização*. Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, Vol. XX, 2010, pág. 137-148

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

VILLAÇA, F. *Espaço Intra-Urbano*. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 1998.

ZOLINI, G. P. de P. *A inflexão do conceito gentrificação em conjuntos urbanos patrimoniais em cidades de pequeno porte: os casos mineiros de São Thomé das Letras e Tiradentes*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, 2007.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antonio Augusto (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.